

DO PRECONCEITO LGBT PARA A PRÁTICA DE SI

Carlos Igor de Oliveira Jitsumori*

Antônio Carlos do Nascimento Osório**

Resumo: A escola é um espaço de inúmeros confrontos e conflitos. Por isso, esse trabalho incumbiu-se da questão LGBT (que é um alvo dessa questão), de uma escola pública de Rede Estadual de Ensino Médio, do Estado de Mato Grosso do Sul, no município de Campo Grande. O objetivo é demonstrar como os estudantes que se posicionam como LGBT lidam com os preconceitos e exercitam suas práticas de si. Muitos são os dispositivos que provocam a sujeição dos sujeitos. Mesmo diante de diversas práticas que incitam o preconceito os sujeitos estão num exercício de poder e tensão permanentes que provocam saberes e novos modos de existir frente às urgências históricas do cenário escolar. Se a afirmação é que a escola é um espaço por excelência heteronormativo e, por isso, a norma é a heterossexualidade, isso não tem sido o suficiente para coibir os sujeitos LGBT de constituírem outros discursos sobre si e para si. O que esse trabalho mostrará é que a sexualidade, como defende Foucault (2006, 2010) (lastro teórico dessa discussão), é um regulador das práticas humanas. Nesses enfrentamentos o preconceito se torna um dispositivo de poder para as práticas de si.

Palavras-chave: Preconceito; LGBT; Estudantes; Brasil.

* Doutorando pelo Programa de Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/2017). Integrante do Grupo de Estudos e de Investigações Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/UFMS); Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: onixs21@yahoo.com.br.

** Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, titular dos Programas de Pós-Graduação em Educação (Faculdade de Educação) e Psicologia (Faculdade de Ciências Humanas) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Coordenador do Grupo de Estudos nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/CNPq). E-mail: antonio.osorio@ufms.br.

DEL PREJUICIO LGBT HACIA LA PRÁCTICA DE SÍ

Resumen: El espacio escolar se ha vuelto imperativo ante a los muchos impases que se enfrenta esta institución. Este trabajo involucra a jóvenes LGBT, de una escuela pública en la red del Estado de Mato Grosso do Sul, en el municipio de Campo Grande. El objetivo es demostrar cómo los estudiantes que se posicionan como LGBT afrontan los prejuicios y ejercen sus propias prácticas de ellos mismos. Muchos son los dispositivos de sujeción a los que están sometidos. Incluso frente a diversos dispositivos que incitan a estar sujetos, los sujetos se encuentran en un ejercicio de permanente poder y tensión que provocan conocimientos y nuevas formas de existir frente a las urgencias históricas del escenario escolar. Si la afirmación es que la escuela es un espacio heteronormativo por excelencia y, por tanto, la norma es la heterosexualidad, esto no ha sido suficiente para frenar a los sujetos LGBT de constituir otros discursos sobre ellos mismos y para ellos mismos. Lo que mostrará este trabajo es que la sexualidad, tal como la defiende Foucault (base teórica de esta discusión), es un regulador de las prácticas humanas. En estos enfrentamientos, la preconcepción se convierte en un dispositivo de práctica personal.

Palabras clave: Preconcepción; LGBT; Estudiantes; Brasil.

Introdução

Nos aparatos escolares, todos os indivíduos que resistem a um determinado padrão e mecanismo de saber são considerados e rotulados de marginalizadores da ordem. Por isso, é positivo salientar e destacar que os sujeitos representados como transgressores são aqueles que transgredem um tipo de saber, uma lógica, uma sexualidade pré-estabelecida. Toda reação adversa ao suposto ideal de produção desejada é subserviente e dolorosa. Mas não só para um lado, para todos os lados.

Sem dúvida, esses aparatos têm uma função de marginalização; mas marginalizam aqueles que resistem. Supunha-se que a maioria dos colégios onde as crianças

eram internadas estava conectada a certo aparato de transmissão do saber, e que só eram marginalizados aqueles que resistiam a essa transmissão (FOUCAULT, 2015, p. 191).

Aos sujeitos que no interior dessas relações escapam e resistem a esses aparelhos tecnológicos de poder são, por vezes, punidos. A punição de um aluno, aluna se confere ao corpo, ao desejo, às necessidades, às vontades, às suas orientações sexuais. O que é possível frisar que não há nenhum grupo ou indivíduo que não seja perpassado por essas punições. Não são, no caso desta pesquisa, só os alunos e alunas de sexualidades e orientações sexuais contestados, uma vez que, as práticas dos sujeitos não estão resumidas e limitadas a somente uma população. A população escolar é ampla, o que faz com que os alunos e alunas LGBT circulem e provocam sexualidades como as heterossexuais, ou que assim se posicionam na escola. Nisso implica em dizer que o poder e o dispositivo de sexualidade não se resumem a uma sexualidade, pois o poder é oscilante e se alimenta da diversidade.

Deve-se entender que no bojo dessas categorias normativas da escola, que geram, produzem e reproduzem estratégias de punições no seu interior, muito provavelmente, aquilo que se visa punir e negar, são subjetivadas pelos sujeitos de práticas sexuais que escapam ao controle. Não há possibilidade de um aparelho institucional prever e decidir práticas que são provocadas e constituídas no interior dos valores culturais que seccionam os muros e portões da escola. Não há práticas exclusivas de uma única classe e sexualidades (FOUCAULT, 2015). Simplesmente há modos de ser do sujeito diante das tecnologias que o produz consciente e inconscientemente.

Se a escola, quanto à prática das sexualidades, tentou em algum momento promover nos sujeitos uma autopenalização por uma uniformização de suas orientações sexuais, cabe entender que “[...] esse aparato de poder e ver como essa forma prisão pôde de

fato introduzir-se e tornar-se instrumento nessas relações de poder” (FOUCAULT, 2015, p. 78). O que interessa, (embora neste instante Foucault não esteja se referindo à sexualidade) é que, nessas mesmas relações, outras provocações se corporificaram. E que as mesmas práticas não permanecem as mesmas.

Além disso, não cabe pensar que a sexualidade é ou não assunto de discussão, até porque nada há de tão novo nas práticas sexuais. É, antes de tudo, curioso o quanto certos discursos ganharam e legitimam forças e poder nas representações sociais a ponto de se acreditar que alguns entendimentos, saberes e conhecimentos são mais autênticos que outros. A questão relevante é como algumas práticas ganham estabilidade social, política e cultural e outras não. Como os sujeitos valorizam mais alguns discursos e menos outros.

A sexualidade é uma questão que não deve ficar refém da autoridade médica e da intimidade do próprio sujeito. A discussão sobre a sexualidade já rompeu a fronteira de si há muito tempo, e se encontra em diversas esferas e dimensões humanas. E, na grande maioria das vezes, muitas sexualidades são banalizadas e ridicularizadas. Por isso, não se sustenta mais o discurso que ainda é muito presente, de que a sexualidade é restrita ao privado. Se porventura fosse uma questão do privado, a mesma não incomodaria a ninguém. No entanto, se sexualidade é uma questão que provoca tanto controle e subjugação, isso já deixa em evidência que a mesma é pública, seja no discurso direto ou nos produzidos nos discursos não ditos. A discussão sobre a prática sexual precisa ser posta em debate.

Há pessoas que consideram a sexualidade uma questão de foro íntimo – um assunto privado, a ser tratado no seio da família ou, no máximo, no consultório médico, mas jamais na escola, muito menos em livro didático. Porém, as discussões e controvérsias em torno do que é tido como moral, justo, saudável, legítimo e legal em

termos de sexualidade indicam exatamente o contrário: que a sexualidade é um tema público, social e político por excelência. Ou seja, não se trata mais de argumentar se o assunto deve ou não ser discutido. A discussão sobre a sexualidade acontece há tempos, de múltiplas maneiras, em muitas ocasiões, e não há indícios de que possa se encerrar (SIMÕES, 2009, p. 189).

A sexualidade está transcrita nos valores de toda a sociedade e nesses valores ela se constrói, forma, fixa e se desforma, cria normas, discursos e práticas. Por isso, que a sexualidade transgredi qualquer fronteira. E a primeira fronteira ocorre no sujeito que se encontra com o outro. E isso produz um mecanismo de “[...] controle permanente, seja pelo Estado, pelo próprio capital, pela família, pela religião e demais estruturas sociais” (OSÓRIO, 2010, p. 137).

Por ser de diversos modos, que é possível vislumbrar que os sujeitos LGBT são também promovedores de novos discursos de relações de poder social. Que não são indivíduos que intoxicam a suposta saúde de um corpo ideal. Mas que também subvertem lógicas, sistemas, discursos e relações de poder no interior dessas relações humanas. Do mesmo modo que a discussão e preocupação pela sexualidade não é nova, tampouco suas práticas e dispositivos tecnológicos de atuação também não são.

Não é a homossexualidade e outras sexualidades que em si são excluídas, meramente, mas são comportamentos que, de acordo com os interesses particulares e coletivos, são discriminados: “[...] cada um tem sua margem de delinquência na qual está preso, amarrado ou, ao contrário, que é seu recurso, sua possibilidade” (FOUCAULT, 2015, p. 50-51). É neste instante que é observável nos espaços escolares, não que isso não rompa tal fronteira, práticas, posturas, discursos que fendem com esse pressuposto quase imutável da condição de uma sexualidade “idealizada”. As escolas e os sujeitos são perpassados

por inúmeros discursos e choques de culturas. Parece-me que o mais visível dessa estampa sejam as práticas de exclusão que os LGBT sofrem. Não há como negar o preconceito. Mas, possivelmente, seja importante re-aprender a olhar, problematizar, especular por outros meios. A questão é que toda relação humana é de poder:

[...] não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais." (FOUCAULT, 2017, p. 100).

Isso demonstra e rompe com a ideia de que há um grupo e/ou indivíduo que domina o espaço escolar. Há domínios, sim, mas não são constituídos e formulados numa unicidade e identidade determinada. Nesse jogo de sexualidades todos exercem poder, multiplicam forças e tensões. As tensões não se restringem, pois precisam das desproporcionalidades para se constituir enquanto poder. Nesse entendimento as instituições escolares não prestigiam uma sexualidade em detrimento de outra. Simplesmente há sexualidades nesse espaço que por si só é conflituoso e, que, de ponta a ponta o poder está por todos os corredores, salas, quadras de esportes, grupos e sujeitos. São as próprias lacunas e deficiências, se assim quisermos chamar, que incitam o poder.

O preconceito é localizável, mas instável; ele é também interpretativo, flexível, não unitário; mas se locomove, ele "[...] é o suporte móvel das correlações de forças que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis." (FOUCAULT, 2017, p. 101). Nos jogos do preconceito o poder atravessa toda essa dinâmica é o poder a válvula dessa própria engrenagem. Colocamos o preconceito como dinâmico porque ele é,

também, nesse painel de possibilidades uma questão de construção de sujeitos e de indivíduos.

O preconceito irrigado pelo fluxo do poder eclode em espaços que desmascara e desconstrói o olhar enrijecido e opaco em relação ao preconceito. A própria dinâmica do poder desconfigura um estado estável de preconceito-dor, preconceito-sofrimento, preconceito-aniquilação. Mas adiciona a tudo isso outro plano desse espaço de eventos, que é o preconceito-possibilidade.

Mesmo em meio a tantos movimentos dessa questão, o preconceito é sempre um espanto que se reinventa. Se não no indivíduo em si, mas nos que o circundam, pois do mesmo modo que o poder é uma:

[...] multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; [...] (FOUCAULT, 2017, p. 100).

Assim tramita, de certa forma, o preconceito, que se transforma, refina, se reelabora, reforça, inverte, ou seja, ele é um fluxo que se reverbera nas práticas dos sujeitos em locais e espaços alhures. E nessas translocações ocorrem eventos e irradiações possíveis dos sujeitos se reinventarem, enquanto indivíduos e grupos. Se a relação é de forças, as proporções são indefinidas, assim como, as derivações dessas vivências. Essas forças são desequilibradas e desequilibrantes. Sendo assim, o preconceito abre uma possibilidade de negociação, quanto a algo que “me” é estranho.

As relações que ocorrem no espaço escolar não podem ser interpretadas como algo que termina nos muros da instituição. Como o caso de um jovem (Y) que se posiciona no espaço escolar como transexual:

A partir do dia que teve o aniversário dele, em maio (2019), ele voltou para a escola totalmente diferente. [...] Ele veio muito mais vaidoso, mudou muito seu modo de vestir-se, passou a se maquiuar e ficou muito mais leve e feliz. Os amigos de sala, até mesmo os que não eram tão próximos passaram a ter uma outra relação com ele, com mais afeto. Mas a questão é que os pais dele o aceitam muito bem. Eles até fizeram o aniversário dele como ele pediu. [...] Três dias de festa. Um para a família, outro para os amigos de fora da escola e outro para os da escola. Isso foi muito importante para ele. (Fala de um professor)

Se há um grupo e/ou população excluída, esse processo decorre antes de qualquer coisa, também, da aceitação desse status de inferioridade. O que segundo BUTLER (2017) não podemos identificar a vulnerabilidade, a submissão como uma precariedade e ausência de práticas de si. Mas na própria relação perante o preconceito e discriminação aprendemos a preservar o que é importante ou não para cada um.

O preconceito é uma malha movida de poder que perpassa o corpo a alma e atinge o modo de ser de cada um. Neste sentido, o “[...] poder não pertence nem a alguém nem, aliás, a um grupo; só há poder porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, defasagens, etc.” (FOUCAULT, 2006, p. 07). O que nos leva a pensar que o preconceito é um discurso posto que aparentemente visa destoar, inferiorizar e impossibilitar, se isso fosse possível, os indivíduos de exercerem cuidado e conhecimento de si.

Podemos compreender que o preconceito promove esses desníveis de relação, mas são defasagens sem consistência e frágil por si só. Contudo, se desencadeiam como uma vivência de precariedade. O que é falso. Se o poder se articula nos desníveis, nas defasagens, nas diferenças, nas relações, os indivíduos LGBT também são sujeitos que negociam um existir naquilo que pressupõe ser um mal que precisa ser exterminado.

Por isso, vivem e reagem aos preconceitos. Faz do preconceito que provoca vítimas, ter uma condição de possibilidades. A possibilidade é o próprio exercício da liberdade que instaura nessas frestas de reação de um “eu” frente ao “outro”. A liberdade é da ordem da resistência. Onde há resistência o poder se move e se produz. O que implica em dizer que a própria possibilidade que induz e instiga a resistência, a liberdade se faz presente. “A liberdade é da ordem das resistências, das resistências às sujeições e o poder, longe de impedir a liberdade, excita-a” (BRANDÃO, 2015, p. 282).

No entanto, como afirma Butler (2017), não é a lei e nem os seus aparatos legais que irão blindar o sujeito de passar pelo preconceito. Do mesmo modo, não é o status da lei que será garantia ao indivíduo de promover conhecimento e cuidado de si. Esta é muito mais uma ideia de transferir a proteção de si para um dispositivo que historicamente acreditamos que tem o poder de nos garantir segurança e estabilidade, do que nos colocar enquanto sujeitos da incógnita de si para si.

Não é o Estado legal, não é o outro que quebra no interior do sujeito o preconceito, mas o conhecimento e cuidado de si é um exercício que perpassa esta instituição e provoca o que Foucault (2006) chama de microfísica do poder. É no enfrentamento que se dá um espaço possível de liberdade, pois as práticas de si não se restringem a um único poder. Neste embate aparecem as fragilidades do preconceito. “Estudar o poder, a sujeição e as técnicas de subjetivação, permitia a Foucault evitar os enganos de pensar a liberdade como aquela constituída nos mecanismos jurídicos, a partir dos embates com a lei [...]” (BRANDÃO, 2015, p. 281). Dessa liberdade pretendida no interior do aparato legal deve-se ter desconfiança, pois é muito provável que novas formas de sujeição se produzam.

A liberdade ocorre nos modos de vivências dos sujeitos, no instante em que os dispositivos de poder se movem por entre seus

mecanismos de atuação, por exemplo, o preconceito. “Tal qual uma arte da luta, da resistência, ela anuncia-se rivalizando a sujeição: é a ética do cuidado de si como prática da liberdade” (BRANDÃO, 2015, p. 281). O que deixa em evidência que a liberdade não é algo imposto, se dá nas relações, nos enfrentamentos; é o sujeito se reinventando, sendo arte de si. É o poder uma própria situação de liberdade (FOUCAULT, 2006). No enfrentamento ao preconceito o sujeito se produz como sendo aquele que estiliza a própria existência como uma arte. O cuidado de si não está distante e muito menos deslocado da estética de si. É um movimento conjunto.

Foucault (2010) vai buscar nos filósofos gregos uma explicação de como eles produziam práticas e técnicas sobre si para conduzirem sua vida, pensamento, o corpo. Percebeu nisso um meio de pensar uma arte da existência, que no pensamento greco-romano, é um cuidado de si. “Foi, portanto, por meio de práticas e técnicas elaboradas e exercidas sobre si mesmo, seu pensamento e seu corpo que os filósofos da Antiguidade desenvolveram aquilo que Foucault chama de artes da existência” (MEIRELES, 2015, p. 456).

O que nos leva a pensar que os jovens, nos momentos que lidam com o preconceito e com as práticas de homofobia; movem “[...] princípios formulados para si por meio da maneira de viver, da prática da vida e da coragem em assumir o risco da vida escandalosa” (MEIRELES, 2015, p. 471). Assumir uma sexualidade dissidente exige um dispositivo que o indivíduo empenha sobre si para constituir um cuidado de si. É uma verdade que não decorre de um mestre, instituição, pessoa; mas procede de um olhar para si a partir dos impasses que um indivíduo tem frente a um outro que aparece exercendo poder de uma suposta supremacia de norma sexual. É pelo exercício do poder e de táticas de poder, saber, que se revelam as técnicas de existência, práticas de si, conhecimento de si e cuidado de si (FOUCAULT, 2010).

O sujeito não se constitui fora da resistência, dos choques, dos problemas, dos enfrentamentos, mas muito diferente disso, o sujeito se produz através de práticas regradas e não terminal. É por meio de uma prática de saber, poder e resistência que as práticas de si emergem enquanto conhecimento e cuidado de si. Por isso, que ao lidar com o preconceito e a discriminação, os sujeitos produzem técnicas de si. E não somente se sentem vítimas do sistema. Os alunos e alunas existem, resistem, negociam, trocam experiências, enfrentam, criam amizades, trocam afetos e, por isso, estão se constituindo a todo instante. Se na resistência o poder se produz, a arte de viver é o seu produto. “A resistência supõe a arte de viver e, supondo-a, ela se constitui como uma luta tanto contra as formas de poder que aspiram às relações de dominação, quanto em favor de novas formas de subjetividade” (BRANDÃO, 2015, p. 288). O que supõe o reflexo do cuidado de si como prática e necessidade do sujeito.

Logo, alunos e alunas LGBT, no espaço escolar, fazem com que o currículo seja contestado. Entende-se que está diante de uma realidade em que o diálogo não é impossível. Para isso, é necessário desenvolver um olhar de acordo com as exigências, necessidades, saberes e capacidades que os estudantes chegam à escola.

Não há corpo, gestos, representações, pensamentos e sexualidades sem discurso. O sujeito só pode ‘ser’ e ‘é’ dentro do discurso. Esse discurso sempre é um produto da cultura. “A questão é pensarmos a cultura, também e ao mesmo tempo, no domínio simbólico: como significamos os objetos e as práticas e, ao fazermos isso, como abstraímos e transferimos esses significados para outros contextos; [...]” (VEIGA-NETO, 2000, p. 57).

Para isso, é necessário afastar o olhar preconceituoso sobre o que seja a Escola, deslocar a lente de um ponto fixo de que a heterossexualidade seja o único dispositivo que produz sujeitos e identidades. Mas compreender e observar por outros ângulos e lentes que os poderes

são móveis e descentralizados, os alunos e alunas de sexualidades disidentes também ocupam e exercem poder, conhecimento e cuidado.

Não se devem limitar as possibilidades do sujeito, pois, ao engessar discursos e olhares, descartam-se práticas e saberes que desempenham conhecimento e cuidado nessas relações e modos de vida. Por isso, não é estranho, ou ao menos não deveria ser, observar um aluno ou aluna homossexual, bissexual, travesti, transexual exercerem e ocuparem poder em dados contextos da vida escolar, pois isso demonstra os instantes em que as técnicas e práticas de si fluem para o conhecimento e cuidado de si.

Portanto, este trabalho se sustenta pelo fato de provocar uma estranheza em discursos aparentemente inofensivos de que, nas instituições escolares, a heteronormatividade é o único modo de exercício de poder. Considerar essa lógica como única vertente e realidade é já uma prática de negação que parece não permitir aos indivíduos e a toda sociedade analisar e observarem outras possíveis formas de relações quanto às múltiplas manifestações sexuais. Como se os sujeitos não tivessem e não construíssem vivências possíveis para além do preconceito. Não é o preconceito o limite da ação dos indivíduos, mas muito, além disso, no exercício do preconceito, os estudantes transformam a si e o meio que se encontram, pois o poder é uma prática de todos.

Referências

OSÓRIO, Antônio do Carlos do Nascimento. "Escolarização: pacto de silêncio pela indiferença". In: OSÓRIO, Antônio do Carlos do Nascimento (Org.). *Diálogos em Foucault*. Campo Grande: Ed. Oeste, 2010. p. 135-158.

VEIGA-NETO. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Porto alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 37-69.

BRANDÃO, Ramon T. P. *Anais do Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar*. 2015 / 11. ed.

BRANDÃO, Ramon T. P. *A Hermenêutica do Sujeito: curso dado no Collège de France (1981 – 1982)*. 3. ed. Trad: Márcio Alves da Fonseca, Salma annus Muchail. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

MEIRELES, Tulipa Martins. “Michel Foucault: a ética como Estética da existência”. In: CARVALHO, Marcelo; SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres. *Filosofia Francesa Contemporânea*. Coleção XVI Encontro ANPOF. São Paulo: ANPOF, 2015. p. 455-472.

MEIRELES, Tulipa Martins. *O Poder Psiquiátrico*. Trad. Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2017.

SIMÕES, Júlio Assis. “Sexualidade como questão política e social”. In: ALMEIDA, Heloísa B. de; SZWAKO, José (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendes & Vertecchia, 2009, p. 150-192.